

PARECER JURÍDICO

À SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

PARECER:	874/2021/MTFC/PGM
PROCESSO:	49.849/2021
ABERTURA:	23/11/2021
INTERESSADO:	SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
ASSUNTO:	QUESTIONAMENTOS AO EDITAL PE 052/2021 (15/12/2021)
SOLICITANTE:	FINTEL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 07.987.863/0001-43

Trata-se de solicitação, encaminhada a esta Procuradoria, na data de 10/12/2021, em que os itens questionados foram enfrentados pela Comissão de Licitações, juntamente com a área técnica da PMRG.

A Empresa FINTEL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.987.863/0001-43, com sede na Rua Balduino Taques, 159, Estrela, Ponta Grossa/PR, representada por seu sócio administrador, Maurício Lopes, brasileiro, empresário, inscrito no CPF 603.968.659-68, apresentou pedido de esclarecimentos ao Edital de Pregão Eletrônico 052/2021.

O Edital do Pregão Eletrônico 052/2021, tem como objeto: a contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência.

Embora, alguns dos questionamentos presentes já tenham sido alvo de resposta¹, esta Administração não se furtará em enfrentá-las, novamente.

AOS QUESTIONAMENTOS DA EMPRESA SOLICITANTE:

1) Qual a fundamentação utilizada pelo Ente Público para justificação o impedimento ao consórcio, principalmente por que o objeto do Edital são dois sistemas autônomos mais os serviços de data center?

RESPOSTA: a complexidade do objeto não predispõe a necessária contratação na forma consorcial. A busca por uma gestão do contrato de forma unificada representa melhor controle

¹ Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/portal-transparencia/detalhes+65c106,,pregao-eletronico-0522021---smgal---contratacao-de-empresa-especializada--em-softwares-de-plataforma-web-para-fornecimento-de-sistemas-de-gestao-publica-integradas.html>

dessa administração; some-se ainda o caráter sensível com relação ao tratamento dos dados, mormente os da área da Saúde, como por exemplo, os prontuários de pacientes que estão protegidos pelo sigilo, os quais estarão sob responsabilidade de um único contratado. Ademais a expressão: “quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio”, presente no art. 33 da Lei 8.666/93, agasalha a discricionariedade da Administração à possibilidade de permitir ou não.

2) Qual a metodologia deve ser empregada na prova de conceito, uma vez que, apesar de fazer referência aos anexos Ia e Ib, os documentos não foram apresentados juntamente com o Edital?

RESPOSTA: é de esclarecer de que os Anexos I-A e I-B seguiram por equívoco na respectiva republicação do Edital, mas foram excluídos do processo; mantendo-se, todavia todos os termos e definições inerentes ao Anexo I, caracterizado pelo Termo Referencial bem como os demais anexos e a metodologia questionada está descrita no Termo de Referência, a partir do item 3.10.

3) No Anexo I, item 2.2 o Edital prevê a possibilidade de aumento dos custos do serviço. Uma vez que o Edital não traz essa informação, questiona-se, em quanto tempo será possível promover esse reajuste? Utilizando qual critério?

RESPOSTA: na Cláusula Quarta, da Minuta do Termo de Contrato, anexo do Edital.

4) No Anexo I, item 3.2 o Edital trata da capacitação inicial dos operadores para com o sistema. Contudo, deixa de quantificar o serviço. Em razão disso, questiona-se qual o número de servidores que deve ser treinado? Qual o tempo de treinamento deve ser empregado?

RESPOSTA: no Termo de Referência, vide item 3.2.6. A capacitação deverá ser realizada dentro do período de implantação, em carga horária e com métodos suficientes a capacitação para normal uso do ferramental tecnológico a ser fornecido. Por óbvio que não pode se quantificar o número de horas, pois depende do próprio sistema e da expertise da empresa, em seu software e em treinamento do mesmo, mas no item gizado estão delineadas as premissas para o preenchimento da Planilha de Formação de Custos.

5) O edital prevê que 85% de todos os módulos devem ser atendidos, sob pena de desabilitação da empresa concorrente. Entretanto, existem alguns itens do edital, que não preveem o modo de avaliação, pelo que se questiona qual o critério será utilizado para avaliação, como nos casos previstos nos itens 2.2, 3, 3.2, 3.5, 3.6.9 e 3.10.38 do anexo I.

RESPOSTA: ao item 2.2. Da cotação para ampliação de capacidade do Data Center. Se responde com o critério de julgamento, previsto no Edital, em que é sabido que apenas o menor preço global não assegura a proposta mais vantajosa, sendo necessário a realização de verificação dos preços unitários, para evitar problemas futuros como, por exemplo, aditivos superfaturados, principalmente porque o Data Center poderá ser terceirizado pela licitante vencedora, conforme prevê o Termo de Referência, no item 3.6.2.

RESPOSTA: ao item 3. 2. Capacitação dos usuários, já respondido no questionamento 04.

RESPOSTA: ao item 3.5. Serviços de Manutenção Corretiva e Legal, se entende que o questionamento não tem aplicabilidade, pois inerente ao próprio objeto do certame e, conforme o item 3.10.19. [...] a proponente deverá atender no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) como

média geral dos requisitos específicos dos módulos de programas no cômputo geral de todos os respectivos módulos enumerados nos sistemas.

RESPOSTA: ao item 3.6.9. *A Contratada deverá efetuar os eventuais upgrades em seus hardwares para garantir o bom funcionamento dos sistemas, mantendo estabilidade e confiabilidade dos equipamentos.* Inerente ao próprio objeto do certame, a empresa atender ao item.

RESPOSTA: ao item 3.10.38. *Para aferir se a solução ofertada atende aos requisitos referentes ao padrão tecnológico e de segurança, deverá a proponente demonstrar, simulando em tempo de execução, de cada funcionalidade exigida pelo presente Termo de Referência no item “Padrão Tecnológico e de Segurança”.* O item 3.10.43. e seguintes explicam a Avaliação.

6) *Verifica-se que o módulo de ecografia (item 7.7 do anexo I) não faz parte dos itens precificados. Esclareça-se essa irregularidade, e de como se proceder para a precificação deste módulo (ecografia).*

RESPOSTA: por estar vinculado às tabelas de procedimentos do SUS (SIGTAP), conforme explicado no subitem 1, do item 7.7, deve ser entendido como integrante do Módulo Ambulatório.

7) *No Edital, item qualificação técnica (6.1.7) há a necessidade de comprovar que a concorrente implantou sistema similar ao objeto do contrato. Contudo, ao descrever as áreas de maior relevância o edital prevê todos os módulos do edital. Como proceder, tendo em vista que o edital estabelece a comprovação da atividade similar e não igual?*

RESPOSTA: conforme o próprio Edital “similar e compatível com o objeto desta licitação, pelo menos nas seguintes áreas de maior relevância”, ao que se entende que a licitante deverá comprovar sua qualificação técnica pela compatibilidade. Outrossim, em consonância com o disposto na Lei 8.666/93, em seu art. 30 quanto a documentação de qualificação técnica:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; [...]

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

DIANTE DO EXPOSTO, *a manifestação para a Comissão de Licitações, é no sentido de que os questionamentos foram devidamente respondidos à Empresa, pela área técnica e jurídica da Prefeitura Municipal do Rio Grande.*

É o PARECER, salvo melhor juízo.

Cidade Histórica do Rio Grande/RS, 11 de dezembro de 2021.

MARIA TERESA FERNANDES CORRÊA
PROCURADORA ADJUNTA- OAB/RS 63.311

À aprovação do Sr. Procurador Geral do Município, conforme disposto no art. 4º, *caput* do Decreto Municipal 15.621/2018, que aprovou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município do Rio Grande.